

# 1

## Introdução

Essa tese analisa as decisões de investimento em capital humano que os pais fazem em seus filhos. Cada um dos ensaios dessa tese estuda, sob óticas diversas, porém complementares, tais decisões. Assim, o primeiro ensaio trata da história econômica da fecundidade brasileira e analisa, em particular, como a renda e a escolaridade se correlacionaram com a fecundidade ao longo da primeira metade do século XX. Nesse primeiro ensaio encontrou-se uma correlação negativa entre o número de filhos e condições socioeconômicas, mesmo no período pré-transição demográfica, o que é inconsistente com os modelos teóricos usuais encontrados na literatura econômica. O segundo ensaio desenvolve um modelo teórico que destaca o papel crucial da tecnologia doméstica de saúde nas decisões de fecundidade e investimento no capital humano dos filhos, resolvendo a inconsistência encontrada no primeiro ensaio. Finalmente, o terceiro ensaio estuda empiricamente como o nível de escolaridade da mulher está correlacionado com os níveis de investimento em saúde tanto nela própria quanto em seus filhos. Os parágrafos a seguir tratam com mais detalhes cada um dos ensaios.

O Capítulo 3 cobre o primeiro ensaio e estuda a história demográfica brasileira a partir de observações sobre as mulheres brasileiras nascidas entre 1890 a 1960. Os resultados mostram que a fecundidade teve uma primeira etapa de redução já a partir das últimas coortes do século XIX, seguida por um período de 20 anos de estabilidade, e reaparecendo com mais intensidade a partir de então. Analisando dados em *cross-section* por coorte ao longo do século XX, encontra-se, considerando o Brasil como um todo, uma relação consistentemente negativa entre o número de filhos e a renda e mostra que o aumento da renda explica parte da redução da fecundidade, embora uma parte relativamente pequena. Mas as evidências também apontam para uma significativa heterogeneidade de comportamento reprodutivo por área de residência, região e cor, mostrando que a transição demográfica brasileira teve início pela população urbana e branca das regiões mais desenvolvidas. Assim, dado o relativo atraso da população rural em iniciar a sua transição

demográfica, encontrarmos evidências da existência de um regime demográfico malthusiano nessa sub-população, o que nos permite estudar a passagem do regime malthusiano para o moderno pelo ângulo pouco usual das *cross-section* entre número de filhos e renda ao longo de sucessivas coortes.

O Capítulo 4 estuda o papel exercido pela tecnologia doméstica de saúde nas decisões reprodutivas das famílias, desenvolvendo um modelo que altera o entendimento usual do regime demográfico malthusiano ao mostrar que a relação positiva entre fecundidade e renda não é uma de suas propriedades fundamentais. Adicionalmente, ao separar o componente privado do componente público na determinação da saúde das crianças, o modelo é capaz de produzir transições demográficas com diferentes dinâmicas reprodutivas, sendo uma delas compatível com a evidência empírica de que ocorre um aumento na taxa de fecundidade nos momentos que precedem a transição. O modelo também explica porque a transição demográfica tem início nas classes sociais mais altas da população.

Por fim, o Capítulo 5 analisa a correlação entre escolaridade da mulher e a condição de saúde dela própria e de seus filhos. Busca distinguir os determinantes dessa correlação nos efeitos causais diretos da educação sobre a saúde e nos efeitos indiretos do maior *status* socioeconômico e da maior disponibilidade de serviços locais de saúde. Os resultados fornecem indicações de que características locais e outras possíveis características não observáveis são importantes determinantes da correlação entre escolaridade materna e procura por serviços de saúde para seus filhos, embora essas mesmas características não pareçam tão importantes na correlação com a procura por serviços de saúde para a própria mulher.